

Depois da tempestade, governo reinicia remoção

Depois de 72 horas de trégua entre Polícia Militar e moradores da Estrutural, mais 20 famílias devem deixar a invasão hoje. Parte delas — as que têm cadastro junto ao Instituto de Desenvolvimento Habitacional (Idhab) — será removida para o Recanto das Emas, onde ganharam lotes do governo. Os invasores não cadastrados receberão ou auxílio-aluguel ou passagens de ônibus para a terra natal.

A operação para retirada dos invasores começou em setembro do ano passado. Até agora 1.300 famílias foram transferidas para assentamentos e outras 500 saíram voluntariamente depois de acordo com o governo. "Agendamos a saída de 30 famílias diariamente, mas até hoje o número máximo de famílias retiradas por dia foi 23", diz o administrador-militar da Estrutural, Wolney Rodrigues.

A estratégia adotada é inco-

modar para forçar a mudança. Depois de repetidas operações para desocupação que fizeram o lugar parecer um campo de guerra, a tática para conseguir a saída dos moradores irregulares é facilitar e incentivar a saída — utilizando, se necessário, a coação.

Por isso, há constantes alertas para uma iminente derrubada de barracos. Em contrapartida são oferecidos R\$ 200 como auxílio-aluguel e transporte gratuito dos pertences. Com medo da retirada, aos poucos os moradores optam por sair da invasão em busca de tranquilidade.

Oito caminhões fizeram quinze viagens, no sábado, levando móveis, utensílios domésticos, tábuas e telhas. Enquanto isso o deputado José Edmar (PMDB) pede à Justiça liminar para impedir a retirada. "Com esse documento conseguimos parar a prática de qualquer ato", explica. "Aquilo

André Corrêa



A cada dia, pelo menos 20 famílias têm deixado os barracos da Estrutural

nem foi analisado pelo juiz, não há nem o resultado ainda", contesta o major.

No sábado, 15 barracos foram para o chão. Como o da diarista Rosângela Vieira de Melo, 40 anos,

e da doméstica desempregada Maria de Fátima dos Santos, 34. Rosângela, as três filhas e dois netos foram morar de favor com uma parente em Santo Antônio do Descoberto. Maria seguiu com os quatro filhos para o lote de um irmão, em Águas Lindas, onde pretende levantar seu barraco novamente.

As duas famílias, como os outros que estão saindo, não atendem às exigências do governo para serem beneficiadas pela política habitacional. Em geral falta o tempo mínimo de cinco anos de moradia em Brasília e o cadastramento no Idhab.

"Estão nos coagindo para sair daqui", reclama Rosângela, que diz ter comprado seu lote há um ano e oito meses por R\$ 600. "Eu queria ter um lugar meu." Maria de Fátima volta para onde já esteve. "Com a bagunça da semana passada eu resolvi que não quero ficar aqui levando carreira."